

**HABEAS CORPUS Nº 505.657 - SP (2019/0112985-4)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : JULIANA ARAUJO LEMOS DA SILVA - SP215256**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MASCELIO SOUZA PINHEIRO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MASCELIO SOUZA PINHEIRO, em face de acórdão do Tribunal do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo de Execuções reconheceu o cometimento de falta grave pelo paciente, determinando a regressão do regime prisional e a interrupção do prazo para a obtenção de benefícios, inclusive para o livramento condicional (fls 23/31).

Interposto agravo em execução defensivo, a Corte local negou provimento ao recurso (fls. 74/79).

O impetrante argumenta que o cometimento de falta disciplinar grave não interrompe o lapso para fins de livramento condicional, uma vez que não há amparo legal para essa interpretação. Requer a concessão da ordem, para que seja reconhecida a ilegalidade da decisão que interrompeu o lapso para fins de livramento condicional.

A liminar foi indeferida (fls. 65/66).

As informações foram prestadas (fls. 71/94).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela concessão da ordem (fls. 96/98).

É o relatório.

DECIDO.

A defesa alega que a prática de falta grave não tem o condão de interromper os prazos para a obtenção do livramento condicional, pugnando pelo restabelecimento do prazo fixado anteriormente à prática da falta disciplinar, no que diz respeito a este benefício.

O Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao agravo em execução defensivo, com base nos seguintes fundamentos (fls. 77/79):

Ora, se o sistema progressivo parte do pressuposto de que a reinserção na sociedade não pode ser abrupta, mas gradativa, a fim de possibilitar ao condenado o reconhecimento do erro praticado e suas consequências, inculcando-lhe senso de responsabilidade, de modo que não mais torne a delinquir, e apenas dessa forma estaria a pena cumprindo toda a sua função (punir o criminoso e prevenir a prática do crime, pela sua reeducação e pela

intimidação coletiva), deixar de considerar a falta grave como marco interruptivo para o livramento condicional seria possibilitar a reinserção abrupta na sociedade do condenado que não apresenta mérito e nem condições de retorno ao convívio social. Além disso, também restaria descumprida a exigência do artigo 83, III do Código Penal para o livramento condicional, de possuir o condenado satisfatório comportamento durante a execução de pena. Assim, se a falta grave não interromper o lapso para sua obtenção (do livramento condicional), acabaria por impedir a concessão de tal benefício até o término do cumprimento da pena pelo condenado, o que, evidentemente, levaria a um entendimento mais severo e deveras prejudicial ao sentenciado.

[...]

**Assim sendo, a interrupção do lapso para fins de concessão do livramento condicional a partir da falta grave mostrou-se correta e como nada recomenda a alteração da respeitável decisão impugnada, é de rigor o desprovimento do recurso, como melhor medida.**

3. Destarte, pelo meu voto, nega-se provimento ao recurso.

Como visto, a Corte *a quo* negou provimento ao recurso da defesa por entender que a prática de falta grave interrompe os prazos para a obtenção dos benefícios em sede de execução penal, inclusive o de livramento condicional de que tratam os autos sob exame.

Sobre o tema em debate, a Terceira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp n. 1.176.486/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, uniformizou o entendimento de que a falta grave resulta na regressão de regime prisional e na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena. Nesses termos:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, ENTRE ELES A PROGRESSÃO DE REGIME, EXCETO LIVRAMENTO CONDICIONAL E COMUTAÇÃO DAS PENAS. PRECEDENTES DO STJ E STF. EMBARGOS PROVIDOS PARA ASSENTAR QUE A PRÁTICA DE FALTA GRAVE REPRESENTA MARCO INTERRUPTIVO PARA OBTENÇÃO DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL.

**1. O cometimento de falta grave pelo sentenciado no curso da execução da pena, nos termos do art. 127 da Lei 7.210/84, implica a perda integral dos dias remidos pelo trabalho, além de nova fixação da data-base para concessão de benefícios, exceto livramento condicional e comutação da pena;** se assim não fosse, ao custodiado em regime fechado que comete falta grave não se aplicaria sanção em decorrência dessa, o que seria um estímulo ao cometimento de infrações no decorrer da execução (EREsp 1176486/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/3/2012, DJe 1º/6/2012).

No caso de cometimento de falta grave, é importante ressaltar que devem ser observadas as diretrizes estabelecidas nas Súmulas 441, 534 e 535 desta Corte:

*A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional. (Súmula 441/STJ)*

*A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração. (Súmula 534/STJ)*

*A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto. (Súmula 535/STJ)*

Assim, a interrupção do marco para futuros benefícios da condenação não se opera com relação ao livramento condicional, indulto e comutação.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar ao Juízo das Execuções que reavalie o pleito defensivo de livramento condicional, desconsiderando a interrupção do lapso temporal para tal fim.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator